

Em encontro com pesquisadores e Defesa Civil, dez propostas foram apresentadas para melhorar a resposta aos alertas. Além de avisos por SMS, Cemaden avalia adaptar dos protocolos às características de cada região do país

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) analisa a implementação de 10 ações que podem melhorar a emissão e a resposta aos alertas, mitigando o impacto de deslizamentos de terra, inundações e enxurradas. As propostas foram apresentadas durante o 1º Seminário Nacional de Avaliação dos Alertas, encontro promovido pela entidade vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que contou com a participação de cerca de 200 representantes das defesas civis de todo o país, pesquisadores e técnicos do Cemaden.

As sugestões foram separadas em aplicações de curto, médio e longo prazo e contemplam iniciativas como a melhora da metodologia de emissão de alertas e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam antecipar a ocorrência dos desastres.

"Estamos trabalhando todos juntos na gestão de risco e preservação de vidas, inclusive com foco no avanço da ciência dos desastres naturais. O seminário nos permitiu promover a discussão entre o emissor e os usuários dos alertas, bem como discutir ações integradas para aprimorar o monitoramento e alerta de desastres naturais", explicou a coordenadora de Relações Institucionais do Cemaden, Regina Alvalá.

Uma das aplicações que podem ser implantadas é a emissão de avisos por meio de mensagem SMS. A base tecnológica da iniciativa já está pronta e funciona em caráter experimental em 20 cidades de Santa Catarina. A proposta é expandir a tecnologia para todas as cidades monitoradas pelo Cemaden nos próximos meses.

Outro ponto destacado foi a importância da emissão de alertas mesmo em episódios de menor risco. Segundo o coordenador-geral de Operações e Modelagens do Cemaden, Marcelo Seluchi, as defesas civis utilizam essas informações para reduzir o tempo de resposta.

"Do nosso lado, queríamos saber se nossos alertas atendem as defesas civis. Foi unânime que alertas são muito úteis. Inclusive, tínhamos dúvidas se devemos emitir alertas sobre grandes catástrofes ou pequenos eventos. E mesmo pequenos são muito valiosos para eles. Vimos que isso é importante", afirmou.

Regionalidade

O seminário também demonstrou a importância de adequar os protocolos de emissão de alertas de acordo com as características de cada região. O tempo de resposta das defesas civis na região amazônica, por exemplo, pode chegar a alguns dias nos casos de cheias dos rios. Por outro lado, no Sudeste e no Sul, regiões marcadas por episódios de enchentes e deslizamentos de terra, a atuação deve ser imediata.

"Fomos percebendo as enormes singularidades e regionalidades que têm as defesas civis. Por exemplo, para a Defesa Civil chegar a uma comunidade amazônica, precisa pegar um barco, navegar vários quilômetros e isso pode demorar alguns dias, sem que haja risco para a população. Mas o tempo de ocorrência do fenômeno, nesse caso uma cheia de rio, é prolongado, então o tempo de resposta é mais amplo. No Sul e no Sudeste, não. Aí são enchentes e deslizamentos de terra as principais ocorrências, que demandam uma resposta mais ágil. Temos que nos ajustar a essas necessidades locais", observou Marcelo Seluchi.

Processo

Atualmente, a Sala de Situação do Cemaden, em São José dos Campos (SP), monitora 958

municípios brasileiros. Destes, 821 integram o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres. São cidades com alto grau de ameaça para a ocorrência de desastres naturais, que respondem por 94% das mortes e 88% do total de desalojados e desabrigados do Brasil. Desde a criação do Centro, em 2011, já foram emitidos mais de 6,7 mil alertas.

Os alertas são emitidos com base em análises de risco de condições potencialmente adversas, utilizando estudos de modelagem e acompanhamento sistemático de dados fornecidos pelas redes geológicas, hidrológicas e meteorológicas do Cemaden, que estão espalhadas pelo país. Cada alerta é repassado ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), órgão do Ministério da Integração Nacional, que aciona a defesa civil nos estados e municípios.

Fonte: [MCTIC](#), em 17.04.2017.